

# Meninas e mulheres autistas<sup>1</sup>: completar o espectro é uma questão de gênero

## RESUMO

Dayana Brunetto  
E-mail: dayanabrunetto@ufpr.br  
Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba, PR, Brasil

Gesiele Vargas  
E-mail:  
gesielevargass@hotmail.com  
Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba, PR, Brasil

O presente artigo questiona em que medida o padrão de práticas sociais e comportamentos, esperado para as meninas e mulheres, tem trazido um prejuízo ao longo dos anos tanto para o campo dos estudos de gênero, quanto para os estudos de autismo. Questiona-se em que medida a menor quantidade de estudos sobre autismo envolvendo meninas e mulheres autistas não foi produzida como uma história interessada na perpetuação do machismo. Esta pesquisa foi realizada em caráter de levantamento bibliográfico, tendo por objetivo evidenciar as diversas ausências da perspectiva feminista de gênero em relação aos aspectos, sintomas e estereótipos do autismo em meninas e mulheres. A partir desta análise é possível perceber lacunas que ainda precisam ser preenchidas e a potência desta perspectiva em provocar questionamentos. A ausência deste tema nos estudos de gênero e do autismo consiste em uma destas problematizações, além de suscitar a crítica à normalização de corpos e práticas, a partir de um olhar feminista para os sistemas de opressão marcados pelo patriarcado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meninas. Mulheres. Transtorno do Espectro Autista. Gênero. Feminismo.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo questiona em que medida o padrão das práticas sociais e comportamentos esperados para as meninas e mulheres, imposto no mundo ocidental por uma concepção machista, tem trazido um prejuízo ao longo dos anos tanto para o campo dos estudos de gênero, quanto para os estudos de autismo, pois, quando falamos de meninas e mulheres autistas, as referências são mínimas. Considerando que o esperado socialmente delas, em termos de práticas sociais e comportamento, consiste em pouca manifestação e interação social, suspeitamos que tal projeto de subjetividade feminina é produzido em meio a uma sociedade que funciona por marcadores patriarcais.

Se tais sujeitas devem ser, a priori, “comportadas e quietas”, quando e como observar que essa quietude, esse “comportamento adequado” atribuído a meninas, está fora do padrão neurotípico<sup>2</sup>? Em que momento a comunidade escolar ou a família toma ciência que a menina não está só replicando as interações e práticas sociais esperadas, mas que sua reclusa, timidez, e mesmo o brincar sozinha, não fazem parte de uma criança neurotípica?

Dentro do ambiente escolar essas meninas são vistas, e frequentemente referidas, como encantadoras, por serem “comportadas”. Elas se colocam na escola por meio de uma economia restrita de expressões ou verbalizações. Isto passa despercebido aos olhos da maioria do corpo docente. Diante disso, a questão que se coloca em jogo é se as meninas que estão dentro do espectro estão sendo, de forma intencional, deixadas de lado pelo corpo docente, pela escola e pelo Estado, pois quando se colocam expectativas de práticas sociais e comportamentos desejados para todas as meninas, inserimos também uma barreira para identificar aquelas que, para além disso, podem estar dentro do espectro autista.

Diante do exposto, questiona-se em que medida a menor quantidade de estudos sobre autismo que envolve meninas e mulheres autistas não foi produzida como uma história interessada na perpetuação do machismo. Esta pesquisa foi realizada em caráter de levantamento bibliográfico tendo por objetivo evidenciar as diversas ausências da perspectiva feminista de gênero em relação aos aspectos, sintomas e estereótipos do autismo em meninas e mulheres. A partir desta análise é possível perceber lacunas que ainda precisam ser preenchidas e a potência desta perspectiva em provocar questionamentos.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em julho de 2021 em caráter de levantamento bibliográfico, com o objetivo de captar dados e fontes de pesquisa para investigar esta questão do presente sobre a qual temos refletido no curso de mestrado em educação de uma universidade pública federal da região sul do Brasil. As bases de dados utilizadas foram o Google Acadêmico, o Portal Capes de Periódicos e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. O levantamento bibliográfico objetivou mapear as produções em relação ao questionamento dos aspectos, sintomas e estereótipos do autismo em meninas e mulheres.

Nos bancos de dados foi possível perceber a escassez de pesquisas e produções sobre o assunto. Foi utilizado o método de operadores booleanos, isto é, palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos a serem pesquisados. Assim, foi utilizado o operador “and”, que significa “e”, e como

descritores: combinações entre autismo e meninas; autista e meninas; autismo e mulher; autista e mulher; autismo e gênero e, por fim, autista e gênero.

A pesquisa foi realizada no período temporal de 2016 até a atualidade. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes não foi encontrado nenhum trabalho sobre a temática específica pesquisada, porém no Google Acadêmico e no Portal Capes de Periódicos foram encontrados, ao total, sete trabalhos que atenderam aos critérios: um resumo de comunicação oral em evento científico, quatro artigos, um livro e uma dissertação.

### DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

A partir do levantamento bibliográfico, é possível perceber que meninas e mulheres autistas não estão sendo observadas e levadas em consideração nem no campo dos estudos do autismo, nem no campo dos estudos de gênero. Com isso, pretende-se provocar um deslocamento desses dois campos de pesquisa para que se distanciem das formas machistas e patriarcais de se produzir conhecimento. Nesta perspectiva, se pretende analisar as narrativas das meninas e mulheres autistas sobre as suas experiências, alterando o modo como se disseminam saberes e conhecimentos sobre o autismo. Com isso, talvez seja possível se pensar em criar estratégias que possibilitem maior qualidade na aprendizagem e nas vidas dessas sujeitas. Afinal, para se produzir qualquer transformação nas vidas dessas sujeitas, é necessário perceber que, ainda que tenham sido ignoradas pela história, pelos estudos do autismo e pelos estudos de gênero, elas existem, estão em todos os lugares e manifestam o autismo.

#### Antes de mais nada: o que é uma mulher?

As normas de gênero colocadas em prática na sociedade exercem efeitos de poder sobre toda a nossa vida diária. Criam expectativas a respeito de como devemos agir, pensar e gostar. Neste estudo, o conceito de poder é tomado na perspectiva de Michel Foucault, relacional, ou seja, “o poder não *existe* (no sentido *definido* do artigo e no sentido *duro* do verbo), mas existem práticas em que ele se manifesta, atua, funciona e se espalha universal e capilarmente” (VEIGA-NETO, 2007, p. 122, grifo do autor). Nesta perspectiva, a norma “funciona com um princípio de comparação, de comparabilidade, de medida comum, que se institui na pura referência do grupo a si próprio, a partir do momento que se relaciona consigo mesmo”. (VEIGA-NETO; LOPES; CORCINI<sup>3</sup>, 2007, p. 956)

As normas de gênero são instituídas a partir de um regime de verdade específico da sociedade ocidental e fazem funcionar as práticas sociais regulatórias dos corpos, das práticas e das experiências (FOUCAULT, 2021). Para Lins; Machado e Escoura (2016, p.10, grifo dos autores):

Toda vez que uma pessoa diz ‘isso é coisa de menina’, ‘mulher é assim’, ou ‘homem não faz isso’, não está apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre sexos, mas também ensinando como ela e toda a sociedade espera que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitando suas possibilidades de existir no mundo.

As diferenças marcadas historicamente entre os corpos foram transformadas em desigualdades sociais por meio de um processo histórico e cultural. As expectativas de gênero não atingem apenas meninas. Somos todas e todos enredadas/os nas tramas do poder.

Simone de Beauvoir em seu livro clássico “O Segundo Sexo” (1980) ironiza que ser mulher: “É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la.” (BEAUVOIR, 1980, p. 25). Para Beauvoir (1980), basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos cujas roupas, rostos, corpos (...) são manifestamente diferentes. Segundo a autora (1980, p. 10), “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.” O homem é o sujeito, absoluto; ela é apenas “Outro”. Para Thomas Laqueur (2001, p. 16, grifo do autor), “Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que – como dizia Nemesius, bispo de Emesa, do século IV – ‘a delas fica dentro do corpo e não fora’”. Para Galeno, século II, “as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa” (LAQUEUR, 2001, p. 16). As mulheres seriam então homens invertidos, logo, menos perfeitas. Dentro da humanidade, o homem é mais perfeito do que a mulher e a razão é seu excesso de calor – *telos*.

Na Renascença, não havia um sexo verdadeiro e essencial que diferenciava o homem cultural da mulher. Mas não havia tampouco dois sexos justapostos em várias proporções: “havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados de femininos” (LAQUEUR, 2001, p.161). Para os médicos da Renascença havia um sexo único. Por outro lado, havia manifestamente pelo menos dois sexos sociais com direitos e obrigações radicalmente distintas. O pênis (externo) era, portanto, um símbolo de *status* e não um sinal de alguma outra essência ontológica. Podia ser interpretado como um simples certificado. “Durante grande parte do século XVII, ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural, e não pertencer organicamente a um sexo ou a outro. O sexo era ainda uma categoria sociológica, não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p.177).

Porém, quanto mais os médicos da Renascença dissecavam os corpos femininos, mais convencidos ficavam que era uma versão do corpo masculino; a vagina era reafirmada como um pênis e o útero como escroto; órgãos femininos representados como órgãos masculinos. A Renascença cria categorias incomensuráveis de macho e fêmea biológicos por meio de imagens ou palavras e a linguagem produziu a visão dos opostos e considerou o corpo masculino como forma humana canônica.

No final do século XVIII, em meio a transformações históricas e sociais, como o pensamento iluminista, Revolução Industrial e Francesa, a natureza humana passou a ser dita de outra forma. “Por volta de 1800 todos os escritores determinaram-se a basear o que insistiam ser as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre homem e mulher” (LAQUEUR, 2001, p. 17):

Assim, o antigo modelo no quais homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica (LAQUEUR, 2001, p. 17).

Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. Os órgãos reprodutivos passaram ao fundamento das diferenças, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir uma relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero. “Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único. Na verdade, uma estrutura onde o natural e o social podiam ser claramente distinguidos entrou em ação.” (LAQUEUR, 2001, p.193).

O feminismo será no século XX um dos mais importantes movimentos sociais e políticos, cuja luta se concentrou em reivindicar os direitos das mulheres. É geralmente estudado em ondas. Prefiro aqui partilhar do pensamento de Carolina Langnor e Sousa Lisboa (2017, p. 59), “Diferentemente das ondas das águas, penso que as ondas de som se aproximariam melhor de uma descrição análoga do movimento feminista, movimento de vozes, gritos e cantos plurais”.

Para Lins, Machado e Escoura (2016, p. 25), é entre o final do século XIX e o início do XX que as reivindicações pelo direito ao voto, propriedade, educação e o fim do casamento arranjado passariam a ser conhecidas como primeira onda do feminismo. Já a segunda onda giraria em “torno dos movimentos de libertação feminina, iniciados na década de 1960 e que tiveram forte atuação nos anos 1970” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, P. 25). A terceira onda feminista teve início em 1990: “uma das correntes de pensamento e militância que dá fôlego à terceira onda feminista é a chamada teoria *queer*, tendo como expoente a filósofa americana Judith Butler” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 27). São as feministas da terceira onda que chamam a atenção para as “maneiras pelas quais o gênero se cria com outros tipos de desigualdade, incluindo raça, orientação sexual e classe.” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 28).

Guacira Lopes Louro (2014, p.18) defende que “palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história”. E gênero está ligado à história do movimento feminista contemporâneo e a efervescência social e política do ano de 1968. Sua contestação e transformação marcam um novo momento no qual se organizam os estudos da mulher. Para a autora:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeitos – inclusive sujeito da Ciência (LOURO, 2014, p. 21).

A autora demonstra que, muitas vezes, os estudos iniciais se constituíam “em descrições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços” (LOURO, 2014, p. 21). É através das feministas anglo-saxãs que gênero passa a ser

usado como distinto de sexo. Para Joan Scott (1995, p. 72), gênero seria “num sentido literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.” Sua invenção entre as feministas americanas indicaria uma “rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”.

Gênero, para Joan Scott (1995), seria algo além dos estudos sobre mulheres. Seria uma questão relacional, não sendo possível compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo separado. Gênero é uma categoria analítica que indica construções culturais, uma categoria social imposta sobre um corpo já sexuado. Gênero, para Scott (1995, p. 91), seria “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Com frequência, a atenção dada ao gênero não é explícita, mas constitui, não obstante, uma parte crucial da organização da igualdade e desigualdade.”

Corpo sexuado que, para Judith Butler, também é discursivamente produzido. Butler rejeita uma distinção entre sexo e gênero. Para Sara Salih (2015, p. 105), Butler “chega até mesmo a afirmar que sexo é gênero”, pois nenhum corpo pode existir e ser interpretado sem passar pelo discurso socialmente construído. Para Butler (1986, p. 3), Simone de Beauvoir afirma que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Sobre isso, Butler (2020, p. 29, grifo da autora) escreve:

Para Beauvoir, o gênero é ‘construído’, mas há um agente implicado em sua formulação [...]. Pode, nesse caso, a noção de ‘construção’ reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que alguém ‘se torna’ mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do ‘sexo’

O que determina então o que nos tornamos? Butler (1987, p. 127) afirma que “gênero é uma escolha”, porém escolha não quer dizer uma liberdade irrestrita ou uma consciência para tal, pois escolher o gênero significa interpretar e negociar com as normas existentes, o que não se faz em todos os momentos de uma forma livre ou consciente.

Para Louro (2014, p.27), as noções de “gênero diferem não apenas entre sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem”. Assim ao se pensar, por exemplo, nas posições de sujeita/o relacionadas à construção do masculino e do feminino, é possível compreender que: “seriam, basicamente padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar” (LOURO, 2014, p. 28).

Teresa de Lauretis (1986, p. 12) afirma que há pouco avanço em entender que a diferença sexual é cultural e que há uma “anatomia do destino”, ou seja, a medida, o padrão, a referência de todo discurso legitimado ainda é o que se define como homem. Para além do exposto, torna-se fundamental entender que não existe apenas *a mulher* (como fórmula única), mas sim *mulheres*, no plural, e que a categoria gênero pode ser atravessada por outros tipos de diferenças como raça, orientação sexual e classe, por exemplo. Assim, a tensão com outras hierarquias sociais confere singularidades nas posições de sujeita, nos corpos, práticas, experiências e modos de vida dos diversos grupos de mulheres.

### Levantamento bibliográfico: autismo e gênero

Nos bancos de dados utilizados para o levantamento bibliográfico desta pesquisa não foram encontrados trabalhos nos anos de 2016 e 2017. Em 2018 foram publicados três trabalhos, sendo dois artigos e um livro. O livro **“Autismo e Inclusão Escolar”**, da autora Adriana Torres Ferreira, teve apoio e revisão do grupo “Autismo em Evidências”, constituído por mulheres feministas, adeptas do movimento pela neurodiversidade, autistas ou mãe de autistas. Este grupo foi formado em 2017 para pensar e debater questões relacionadas ao autismo e às mais recentes evidências científicas sobre o tema. Nele encontramos o capítulo intitulado “Questões de Gênero x Autismo”, no qual a autora afirma que:

Entre os mitos que mais prejudicam o estudo do autismo está o da prevalência de meninos autistas sobre meninas. Hoje existe, comprovadamente, um número grande e desconhecido de meninas e adultas autistas sem diagnóstico ou com diagnósticos errados (usualmente de TOC<sup>4</sup>, TDAH<sup>5</sup> ou distúrbios alimentares) que sofrem por não terem ambientes adaptados e não entenderem sua própria condição. [...] os instrumentos de diagnóstico, que são clínicos, foram criados para detectar comportamentos autistas em meninos, sendo que, em meninas, o autismo se manifesta de forma diferente em algumas questões cruciais, como a comunicação social. A forma como as meninas são socializadas também contribui para essa distorção, pois elas tendem a disfarçar suas dificuldades, para atenderem às expectativas familiares e sociais. Com isso, os estudos sobre a manifestação do autismo em meninas são ainda insuficientes, inclusive para detectar essas diferenças existentes, e somente casos considerados mais “severos” têm acesso às intervenções necessárias - e que, não se sabe, podem não ter o mesmo efeito na aplicação que quando feitos em meninos autistas (FERREIRA, 2018, p. 37).

Já o artigo intitulado **“Gênero e Deficiência: público-alvo da política de inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva 2008-2016”**, da autora Júlia Gabriele Lima da Rosa, analisa a escolarização das pessoas com deficiência, considerando as variáveis associadas ao gênero e a necessidade de compreender o gênero e a deficiência como uma conjunção de fenômenos complexos, com forte impacto na vida cotidiana e na participação social. De acordo com a autora (2018, n.p.):

A reflexão disparadora da pesquisa é baseada em indicadores sociais que demonstram que, por cerca de três pontos percentuais, a maioria da população brasileira com deficiência é de mulheres (IBGE, 2010) [...] Das 796 mil matrículas de pessoas com deficiência, 664 mil correspondem ao TEA [Transtorno do Espectro Autista] e a Deficiência Mental/Intelectual. A divisão sexual mais representativa está

no TEA, são 13.413 matrículas no sexo feminino enquanto 52.272 estão para o sexo masculino.

Esses dados evidenciam a discrepância entre matrículas de meninas e meninos, a partir do sexo. O que se pretende com esta pesquisa, entretanto, é analisar o quanto as questões de gênero subsumidas nos estudos realizados impactam as vidas dessas meninas e mulheres autistas em todos os espaços, em especial nas escolas. Os dados apresentados demonstram a complexidade analítica da crítica quando se articulam sujeitas/os com deficiência - autismo e gênero, principalmente quando são consideradas deficiências definidas majoritariamente a partir de parâmetros comportamentais. Sobre isso, Rosa (2018, n.p.) afirma que:

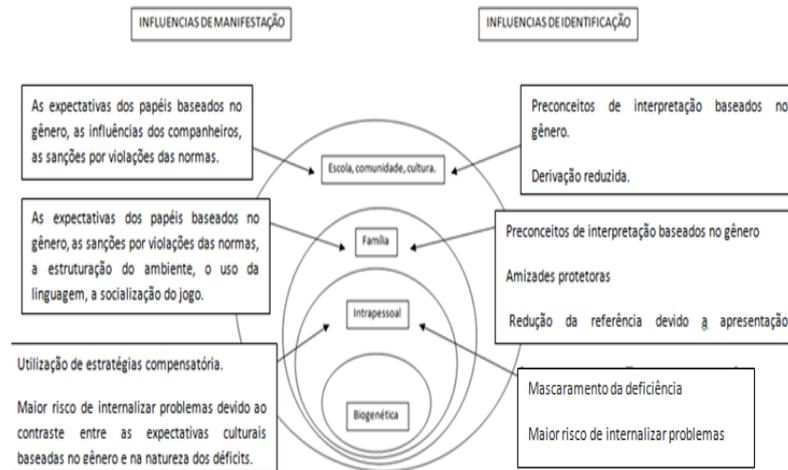
A análise da literatura especializada indica que os fenômenos descritos podem estar relacionados a um modelo médico de deficiência e, mais ainda, a um estereótipo de gênero, na medida em que o sexo biológico tem tanta significância naqueles diagnósticos pautados em padrões comportamentais.

Não foram aplicados filtros quanto ao idioma, sendo localizado um artigo em espanhol intitulado *“Influencia del sesgo de género en el diagnóstico de trastorno de espectro autista: una revisión Influence of gender bias in the diagnosis of autism spectrum disorder: a review”*<sup>6</sup> das autoras Maite Montagut Asunción, Rosa María Mas Romero, María Inmaculada Fernández Andrés e Gemma Pastor Cerezuela, da Universidade de Valencia na Espanha.

Esse trabalho afirma que um número muito maior de homens recebe o diagnóstico de autismo em comparação às mulheres e uma das várias explicações é a diferença de gênero em manifestações sintomáticas, juntamente com as técnicas de avaliação que foram projetadas pensando em uma amostra com homens e, portanto, com maior precisão para detecção no caso do gênero masculino. Se defende ainda uma teoria que versa sobre o fenômeno de camuflagem entre as mulheres com o transtorno do espectro autista (MONTAGUT ASÚNCION *et al.*, 2018), especialmente naqueles casos de alta capacidade cognitiva, nos quais as meninas e mulheres geralmente apresentam maiores habilidades para compensar as dificuldades de comunicação e interação social.

Tudo isso pode estar produzindo casos de falsos negativos entre mulheres autistas. Com isso, a pesquisa proposta tenta indagar sobre as possíveis questões de gênero que estão por trás desse fenômeno. Além disso, o artigo apresenta um modelo de influências e fatores socioculturais e psicológicos baseados no gênero que afetam a expressão e interpretação fenotípica de sintomas de autismo em mulheres, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de influências e fatores socioculturais e psicológicos baseados no gênero que afetam a expressão e interpretação fenotípica de sintomas de autismo em mulheres



Fonte: MONTAGUT ASUNCIÓN *et al.*, 2018.

Por fim, Montagut Asunción *et al.* (2018, p. 50) afirmam que as meninas com autismo mostrariam habilidades e capacidade de imitação e camuflagem, podendo apresentar interesses restritos diferentes e mais socialmente aceitos (livros, cantoras/es da moda, etc.), novamente devido a sua habilidade em imitar. No entanto, em casos de capacidade cognitiva limitada, sintomas autistas em mulheres podem ser confundidos e considerados sintomáticos de outras patologias, sendo encaminhados para outros serviços que podem produzir diagnósticos diferenciados (problemas com alimentação, sono, comportamento, etc.).

Em trabalho apresentado na 13ª edição do Congresso Brasileiro de Bioética, realizado em Goiânia em 2019, as autoras afirmam que na análise histórica da construção dos critérios de diagnóstico de prevalência em autismo, observou-se que a referência do patriarcado permeou e ainda imputa olhares díspares em relação às mulheres. Isto é, as referências metodológicas para o diagnóstico são neurosexistas.

Estima-se que 1% da população mundial seja autista. No diagnóstico do autismo a avaliação é observacional, não há nenhum tipo de exame específico. Ao estudar os testes avaliativos, há claramente referências de comparação heteronormativas. A trajetória de construção desses estudos foi historicamente referendada pelo patriarcado neurosexista. A prevalência de gênero considerada hoje no autismo é de 4 homens para 1 mulher. Segundo Judith Gould, da National Autistic Society (2011) a proporção real pode ser de 1,5 para 1. Nesse percurso enquanto Kanner culpava as mães pelo autismo dos filhos, considerando uma forma de psicose infantil, experimentos médicos, que nesse momento eram cobrados mais rigores éticos como autonomia e

beneficência. Excluíam as mulheres quase que totalmente de suas experiências, pois poderiam engravidar, causando prejuízos a pesquisa. Toda a elaboração dos diagnósticos em autismo foi permeada pelo patriarcado vigente na Europa e América (REIS DE SÁ; SÁ PASCHOAL, 2019, p.50).

Esse trabalho traz reflexões sobre, por exemplo, a possibilidade de que as/os profissionais da saúde estejam se convencendo de que há mais homens autistas do que mulheres. Em consequência disso, ao fazerem novas pesquisas, estas/es pesquisadoras/es criam teorias que procuram explicar essa diferença de sexo, sem se questionar sobre a probabilidade de o problema estar na forma machista com que o diagnóstico é feito. As autoras expõem a necessidade urgente de mudança desse paradigma médico por uma questão de saúde pública. Isto evidencia a importância de se incluir novas abordagens neurodiversas, que levem em conta as questões de gênero para diagnósticos nas pesquisas.

Já o artigo intitulado **“A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres”**, das autoras Anne Karolyne Mendes Pereira e Virgínia Tiradentes Souto, visa compreender de que forma a cor utilizada para a representação do autismo influencia na maneira com que a deficiência é reconhecida e difundida pelo mundo, conseqüentemente, invisibilizando as mulheres autistas. As autoras fizeram entrevistas com mulheres autistas para entender como se sentem em relação à atual representação da deficiência e com as mudanças simbólicas propostas. Criado em 1963 pela *Autism Society* e popularizado pela *Autism Speaks*, o quebra-cabeça é o mais antigo símbolo do autismo. No entanto, ele não é bem aceito pelas/os autistas porque um de seus significados é justamente a dificuldade em compreender pessoas com TEA.

Em 1999 foi criado o símbolo do autismo com o formato de uma fita com peças de quebra-cabeça coloridas, com o objetivo de conscientizar sobre o TEA. As peças do quebra-cabeça em cores diferentes representariam a diversidade de famílias que têm integrantes autistas e sua inclusão social, e as cores vivas simbolizariam a esperança em relação às intervenções e à conscientização da sociedade como um todo.

Além disso, o azul costuma ser utilizado para representar o autismo. Atualmente, é uma cor muito difundida pelo mundo. A escolha não é neutra e baseada na pressuposição de que o azul é cor para meninos, isso porque vivemos ainda em uma sociedade que funciona a partir de padrões binários de gênero. Para Anne Karolyne Mendes Pereira e Virgínia Tiradentes Souto, o “azul foi escolhido como a cor oficial do autismo para ressaltar que se trata de uma deficiência de maioria masculina” (PEREIRA; SOUTO, 2019, p. 1404).

Assim, se uma cor que remete a determinado gênero (no caso, azul para homens) é utilizada para simbolizar uma deficiência, a aceitação de pessoas do outro gênero com a particularidade pode ser prejudicada. Ou seja, se o autismo é difundido e divulgado como deficiência majoritariamente masculina, mulheres com o espectro podem deixar de receber

diagnósticos, resultando na invisibilidade do autismo feminino (PEREIRA; SOUTO, 2019, p. 1404).

Para substituir o azul, defensores do *Autistic Pride Day* sugeriram a utilização das cores do arco-íris para simbolizar as variações do espectro dentro de um símbolo do infinito, usado na representação da neurodiversidade. Criado pelas/os próprias/os autistas, o logotipo é o símbolo mais aceito pela comunidade autista e celebra a esperança e a diversidade de expressão dentro do espectro autista. Na Figura 2 estão representados os símbolos citados.

Figura 2 – Símbolos do autismo



Fonte: A autora, 2022.

Pereira e Souto (2019, p. 1406) argumentam que o autismo recebe uma divisão entre típico e atípico para justificar que em meninas e mulheres se apresenta de outra forma, ou seja, atípica. Diante disso, se utilizam mais uma vez, as características tidas como “femininas” para a análise. Com isso, é possível observar o deliberado descaso, sustentado pelo viés machista a partir de uma justificativa intencional, para a desconsideração de que na história da medicina ou farmacológica a referência partiu do gênero masculino. Ou seja, os testes que se aplicam até hoje para a identificação do autismo em todas as pessoas, são os mesmos que foram elaborados tomando como parâmetros características autísticas<sup>7</sup> de meninos, padronizados para garotos. Na Tabela 1 é possível verificar algumas diferenças.

Tabela 1 – Diferenças entre autismo típico (masculino) e atípico (feminino)

Autismo Típico	Autismo Atípico
Empatia baixa	Hiperempatia
Gosto por leituras técnicas	Gosto por leituras ficcionais
Preferências por ciências exatas	Preferência por artes e o ensino de línguas
Interesses hiperfocados incomuns para neurotípicos	Interesses hiperfocados comuns para neurotípicos
Crises nervosas agressivas	Crises nervosas com choro
Apego a objetos	Apego a animais
Personalidade e aparência simples	Personalidade e aparência excêntricas
Dificuldade para imaginar histórias ficcionais	Facilidade par imaginar histórias ficcionais
Não imita comportamentos	Imita comportamentos sociais de maneira robotizada

Fonte: Pereira; Souto, 2019.

Para as autoras, isto gera o chamado ciclo de invisibilidade de meninas e mulheres autistas – conforme representação na Figura 3 –, pelas quais pesquisas utilizam amostragens com a maioria de homens, resultando em métodos de diagnósticos elaborados para o autismo “masculino”. Isto faz com que menos mulheres sejam diagnosticadas, gerando números que afirmam a maior existência de homens autistas, e esses resultados são utilizados como referenciais para pesquisas de profissionais e cientistas da área.

Figura 3 – Ciclo da invisibilidade de mulheres autistas



Fonte: Pereira; Souto, 2019

Por fim, em 2020, foram encontrados um artigo e uma dissertação. O artigo intitulado **“Mulheres Neurodivergentes: conexões que enunciam vulnerabilidades e a luta por reconhecimento”**, é dos autores Igor Lucas Ries e Bany Narondy Cabral Lima. A pesquisa observa interações comunicacionais em torno do movimento da neurodiversidade, sob a perspectiva de mulheres autistas e ativistas que enunciam suas lutas nas redes sociais digitais. Os autores localizaram a busca por visibilidade, participação política e um reconhecimento de quem se reconhece e reivindica como mulher e autista. Nas suas análises, os autores evidenciam:

A exclusão sistemática das mulheres para as pesquisas científicas em autismo, além dos critérios serem limitados e definidos pelas observações feitas em meninos, ou seja, os critérios são excludentes e reforçam observações próprias do autismo masculino, com amplas dificuldades na identificação do autismo em mulheres. Desta forma, retardam-se os diagnósticos em mulheres que acabam, por vezes, sendo diagnosticadas no final da adolescência ou ainda na fase adulta (RIEIS; LIMA, 2021, p. 20).

Já a dissertação com o título **“Representações Sociais de Mulheres com o nível 1 do transtorno do espectro autista sobre ‘ser normal’ em seu passado escolar”**, da autora Flávia Lomba Costa (2020), investigou as representações sociais sobre “ser normal” elaboradas por mulheres com o nível 1 do Transtorno do Espectro Autista (TEA) diagnosticadas tardiamente. A autora baseou-se em literatura internacional recente que põe em xeque uma prevalência tão acentuada de meninos sobre meninas com o diagnóstico de autismo. Teve como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais (TRS), elaborada por Serge Moscovici. Ainda que não se pretenda trabalhar com esta teorização, uma vez que a pesquisa se orienta pelas teorizações foucaultianas e feministas, as narrativas das mulheres partícipes desta pesquisa se aproximam das que temos analisado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito de que há mais meninos com TEA precisa ser desconstruído, uma vez que gera um ciclo de invisibilidade e faz com que menos mulheres sejam diagnosticadas, produzindo dados que afirmam a maior existência de homens autistas, resultados utilizados como referenciais para profissionais e cientistas da área.

A exclusão sistemática das mulheres nas pesquisas científicas em autismo e os critérios limitados, definidos pelas observações feitas em meninos, reforçam observações próprias do autismo masculino, dificultando a identificação do autismo em mulheres. Quantas meninas e mulheres autistas vivem sem diagnóstico ou com diagnósticos errados, e por isso sofrem por não terem ambientes adaptados e não entenderem sua própria condição?

Com este levantamento bibliográfico sobre o autismo em meninas e mulheres, foi possível evidenciar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas e a potência em provocar questionamentos a respeito da exclusão deste tema nos

estudos de gênero e do autismo, bem como desenvolver uma crítica à normalização de corpos e práticas sociais, a partir da crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado e pelo machismo.

## Autistic girls and women: Completing the spectrum is a matter of gender

### ABSTRACT

This article questions the extent to which the pattern of social practices and behaviors, expected for girls and women, has brought harm over the years to both the field of gender studies and autism studies. It is questioned to what extent the smallest number of studies on autism involving autistic girls and women were not produced as a story interested in the perpetuation of male chauvinism. This research was conducted as a bibliographic survey with the objective of highlighting the various absences of the feminist gender perspective in relation to the aspects, symptoms and stereotypes of autism in girls and women. From this analysis, it is possible to perceive gaps that still need to be filled and the power of this perspective in provoking questions. The absence of this theme in gender and autism studies is one of these problematizations, in addition to raising criticism of the normalization of bodies and practices, from a feminist perspective on systems of oppression marked by patriarchy.

**KEYWORDS:** Girls. Women. Autistic Spectrum Disorder. Gender. Feminism.

## Niñas y mugires autistas: Completar el espectro es una cuestión de género

### RESUMEN

Este artículo cuestiona hasta qué punto el patrón de prácticas y comportamientos sociales esperados para niñas y mujeres ha causado daños a lo largo de los años tanto en el campo de los estudios de género como en el de los estudios del autismo. Se cuestiona hasta qué punto la menor cantidad de estudios sobre el autismo que involucran a niñas y mujeres autistas no se produjeron como un relato interesado en la perpetuación del machismo. Esta investigación se realizó como un levantamiento bibliográfico con el objetivo de evidenciar las diversas ausencias de la perspectiva de género feminista elación a los aspectos, síntomas y estereotipos del autismo en niñas y mujeres. A partir de este análisis, es posible percibir vacíos que aún necesitan ser llenados y el poder de esta perspectiva para suscitar preguntas. La ausencia de este tema en los estudios de género y autismo es una de esas problematizaciones, además de suscitar críticas a la normalización de cuerpos y prácticas, desde una perspectiva feminista sobre los sistemas de opresión marcados por el patriarcado.

**PALABRAS CLAVE:** Niñas. Mujer. Trastorno del espectro autista. Género. Feminismo.

## NOTAS

1 A partir do DSM-5, publicado em 2013, o autismo passa a ser considerado um transtorno do neurodesenvolvimento e denominado transtornos do espectro autista (TEA).

2 Neurotípico: é o termo usado para descrever a pessoa que tem um cérebro típico. Isso não inclui apenas pessoas não autistas, mas também sem doenças mentais, deficiências intelectuais ou qualquer doença ou distúrbio neurológico, como epilepsia ou tumores cerebrais. Atípico: seria o antônimo de neurotípico, ou seja, aquela/e que se afasta do dito “normal” ou típico pela sociedade.

3 Optamos por grafar o prenome das autoras sempre que aparecem na primeira vez no texto devido ao processo de invisibilização histórica das mulheres nos diferentes processos de produção do conhecimento. Esta é uma escolha epistemológica e política por uma escrita feminista e uma educação não sexista.

4 Transtorno Obsessivo Compulsivo.

5 Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

6 “Influência do preconceito de gênero no diagnóstico do transtorno do espectro do autismo: uma revisão”

7 Referente ao autismo.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

COSTA, Flávia Lomba. **Representações sociais de mulheres com o nível 1 do Transtorno Espectro Autista sobre “ser normal” em seu passado escolar**. 132 f. Dissertação - (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://portal.estacio.br/media/4683846/flavia-costa\\_disserta%C3%A7%C3%A3o\\_vers%C3%A3o-final.pdf](https://portal.estacio.br/media/4683846/flavia-costa_disserta%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o-final.pdf)

FERREIRA, Adriana Torres. **Autismo e Inclusão Escolar**. 2018. Disponível em: <http://www.associacaoinspirare.com.br/wp-content/uploads/2020/08/AUTISMO.pdf>

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2021.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Estudos feministas/estudos críticos: questões, termos e contextos. In: **Estudos feministas/estudos críticos**. Palgrave Macmillian, Londres, 1986.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. **Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na Universidade Federal do Paraná**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 2014.

MONTAGUT ASUNCIÓN, Maite et al. Influencia del sesgo de género en el diagnóstico de trastorno de espectro autista: una revisión. **Escritos de Psicología (Internet)**, v. 11, n. 1, p. 42-54, 2018. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1989-38092018000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1989-38092018000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)

REIS DE SÁ, Adrianna; SÁ PASCHOAL, Amanda. **Discriminação de mulheres autistas, uma construção do patriarcado**. DEMOCRACIA, SAÚDE E DIREITOS HUMANOS, p. 32. 2019 Disponível em: [http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2021\\_05\\_27/PUBLICACAO\\_BIOETICA-ANAIS-XIII-CONGRESSO-BIOETICA-V27maio2021.pdf#page=32](http://www.sbbioetica.org.br/uploads/Publicacao/2021_05_27/PUBLICACAO_BIOETICA-ANAIS-XIII-CONGRESSO-BIOETICA-V27maio2021.pdf#page=32)

RIES, Igor Lucas; LIMA, Bany Narondy Cabral. **Mulheres Neurodivergentes: conexões que enunciam vulnerabilidades e a luta por reconhecimento**. 2020. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_A82KO9BC2XO0U1YB WJPR\\_30\\_8681\\_26\\_02\\_2020\\_16\\_53\\_03.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_A82KO9BC2XO0U1YB WJPR_30_8681_26_02_2020_16_53_03.pdf)

ROSA, Júlia Gabriele Lima da. **Gênero e Deficiência: público-alvo da política de inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva 2008-2016**. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/40.pdf>

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 235p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. jul/dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

PEREIRA, Anne Karolyne Mendes; SOUTO, Virgínia Tiradentes. A Cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres. In: 9º CIDI e 9º CONGIC, 2019, Belo Horizonte, MG. **Anais** (on-line). Belo Horizonte: CIDI/CONGIC, 2019. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/9cidi/3.0294.pdf>

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas/SP: CEDES, 2007.

**Recebido:** 30/06/2022

**Aprovado:** 16/03/2023

**DOI:** 10.3895/cgt.v16n47.15682

**Como citar:** BRUNETTO, Dayana; VARGAS, Gesiele. Meninas e mulheres autistas: completar o espectro é uma questão de gênero. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 258-275, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

